



REDE DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL

PROTAGONIZAR, PARTICIPAR E CONTRIBUIR NA RECONSTRUÇÃO DO PAÍS.

ASSUNTO: REITERAÇÃO DE DEMANDAS PARA UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

Nós Povos e Comunidades Tradicionais ocupamos 25% do território brasileiro representado em uma diversidade de 28 grupos étnicos que acreditam na democracia e na reconstrução do país. Nosso suor foi derramado dia a dia, buscando voto a voto, nas nossas bases comunitárias e na sociedade, contribuiu para reverter o cenário político do ódio, desinformação, fascismo e levar a vitória da democracia representada no nosso presidente Lula.

O momento atual de transição governamental deve garantir a todos os segmentos de povos e comunidades tradicionais participação efetiva no processo de reconstrução social e política do país. Ressaltamos que a Política de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais é fruto de uma construção popular efetivada durante os primeiros anos do Governo Lula e que é a base da nossa afirmação e resistência dos territórios tradicionais frente a destruição dos diferentes biomas brasileiros pelos projetos de morte.

Somos os guardiões e guardiãs da sociobiodiversidade dos biomas e seus diversos ambientes. Reivindicamos que essa pauta não sejam considerados apenas aspectos econômicos mas que considerem os territórios de vida, sua ancestralidade e espiritualidade.

Para tanto, exigimos a participação de representantes da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais nas discussões que estão sendo realizadas nos grupos de transição e posteriormente na elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas aos seguintes temas:

Demandas de interlocução URGENTES com a REDE PCTS :

1) Criar uma Secretaria dos Povos e Comunidades Tradicionais no âmbito do MMA com a função de secretariar o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais com seus diferentes eixos;

2) Criar um plano de reconhecimento, destinação e regularização fundiária para garantia dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais;

3) Garantia de que o país se mantenha como signatário nas convenções, tratados e acordos internacionais como Convenção 169 da OIT e o acordo de Escazu ;

4) Políticas de acesso à saúde nos territórios, asseguradas as especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais;

5) Políticas de acesso a todas as etapas da educação básica nos territórios tradicionais, fortalecendo as modalidades da Educação do Campo, Educação Escolar e, conseqüentemente, garantindo o não fechamento de escolas e o encerramento dos processos de nucleação;

- 6) Ampliação das políticas de acesso e permanência dos povos e comunidades tradicionais à educação superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação;
- 7) Políticas de infraestrutura, como o programa nacional de habitação, saneamento e energia dentre outras;
- 8) Políticas de incentivo e fomento à produção local sustentável dos PCTs ;
- 9) Criação e acesso a fundos de promoção de justiça climática e ambiental, a exemplo fundo Amazônia, Fundo Azul, ARPA, GEF MAR;
- 10) Políticas de incentivo à economia da sociobiodiversidade dos PCTS;
- 11) Garantir que os PCTS acessem políticas transversais como para mulheres, LGBTQI+, juventude, idosos entre outras.
- 12) Elaborar e implementar um plano de segurança para lideranças dos segmentos de PCTs que atuam na defesa de seus territórios e da Sociobiodiversidade;
- 13) Elaborar e implementar um plano de proteção para os biomas brasileiros e territórios tradicionais, inclusive nas áreas de fronteira;
- 14) Implementação da Plataforma de Territórios Tradicionais com protagonismo da REDE PCTs.
- 15) Participação efetiva da Rede PCTs na implementação da lei 13123 e decreto 8772.

Nós Povos e Comunidades Tradicionais abaixo assinamos a presente carta:

- 1. Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu/ACBANTU - representante de Povos de Terreiro.**
- 1. Articulação POMERBR – Povo Pomerano**
- 2. Comissão Nacional de Fortalecimento das RESEX Costeiras e Marinhas – CONFREM BRASIL – Extrativistas Costeiros e Marinheiros**
- 3. Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF**
- 4. Comunidade Organizadas da Diáspora Africana Pelo Direito Humano pela Alimentação/ Rede KÔDYA**
- 5. Grupo de Trabalho Amazônico - REDE GTA**
- 6. Associação Retireiros e Retireiras do Araguaia**
- 7. Coordenação Nacional das comunidades Tradicionais Caiçaras (RJ-SP-PR)**
- 8. Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundos e Fechos de Pasto – Bahia**
- 9. Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais**
- 10. Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba - ASCOCIC
Representante Maria Jane Soares**
- 11. Centro de Estudos e Desenvolvimento Romani - CEDRO
Representante Maura Piemonte**

- 12. Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará - ASPRECCEC
Representante José Eudo da Silva**
- 13. Associação Afro-brasileira de Cultura ALÁGBÀ.
▪Coletivo cultural de matrizes africanas IBILÉ**
- 14. CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas**
- 15. Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado**
- 16. Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira**
- 17. Associação Araxá De Rondonópolis**
- 18. Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e APA Federal do Rio Paraná**
- 19. Movimento das Catadoras de Mangaba-MCM**
- 20. Associação Central das Comunidades Veredeiras – ACEVER**
- 21. Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX**
- 22. Articulação Rosalino Gomes**
- 23. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB**
- 24. Cooperativa de Etnodesenvolvimento Kitaanda Bantu**
- 25. Centro Alternativo de Agricultura do Norte de Minas – CAAMN**
- 26. Associação Caboclos Ribeirão dos Camargos- Iporanga Vale do Ribeira -SP**
- 27. APOINME – Articulação dos Povos e organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.**
- 28. CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas**